

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Luxemburgo, janeiro 2017

Direitos sociais e políticas públicas para imigrantes e sem-abrigo  
portugueses no Luxemburgo

Telma Rita Marques Martinho

Dissertação apresentada ao ISMT para obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Alcina Martins

Luxemburgo, janeiro de 2017

## Agradecimentos

Após 9 anos da minha licenciatura no ISMT, foi para mim um privilégio retomar o campo de investigação nesta instituição.

Inúmeros são os participantes que contribuíram neste meu percurso. É neste sentido que apresento os meus sinceros agradecimentos a todos/as aqueles/as que presentearam com amor, amizade, apoio, companheirismo, encorajamento e tanto mais que tornou possível a concretização deste percurso.

Agradeço à minha família e amigos que me acompanham em todos os momentos, e pelo seu apoio incondicional. Por vezes não é fácil conciliar a vida familiar, profissional e social mas é possível com vontade, motivação e com sentido organizacional.

Estou muito grata à Professora Doutora Alcina Martins todo o empenho e dedicação, é uma pessoa que admiro e que contribuiu para a compreensão do percurso histórico do Serviço Social, em Portugal. É uma investigadora incansável, sempre atenta às questões sociais. Foi para mim um grande prazer partilhar este trabalho com ela.

Agradeço também a todos os profissionais que entrevistei para esta investigação e a todos os investigadores que se preocupam com a questão das migrações. Um bem-haja a todos os imigrantes portugueses que se encontram no Luxemburgo, sem eles este tema não faria qualquer sentido.

Quero também homenagear todas as pessoas que vivem na rua, pela coragem que têm e por continuarem a sorrir, mesmo quando a vida não lhes é favorável. Foi sobretudo neles que me inspirei, ao longo desta investigação.

Dedico este trabalho ao meu filho, que é o melhor de mim, e a todas as pessoas sem-abrigo por quem tenho grande respeito e consideração.

Muito obrigada a todos!

## Resumo

A comunidade portuguesa no Luxemburgo existe há 57 anos e é a que apresenta o maior contingente de imigrantes. As marcas desta comunidade estão presentes no quotidiano dos luxemburgueses. Com este trabalho pretendeu-se fazer uma aproximação ao estudo das condições de vida dos imigrantes portugueses, nomeadamente, os sem-abrigo, nos últimos anos. Esta investigação foi estruturada em três pontos: os direitos sociais e políticas públicas para trabalhadores imigrantes da UE; o trabalho de algumas associações sediadas no Luxemburgo com os imigrantes e os sem-abrigos portugueses; a precariedade das condições de vida e laborais destes imigrantes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de entrevistas a profissionais de instituições públicas e associações que trabalham com imigrantes: Amitié Portugal – Luxembourg (APL), Embaixada e Consulado Português, Stemm vun der Strooss (denominada Voz da Rua em português), Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo (CCPL), Agence Pour de Développement de l'Emploi (ADEM), Comité de Liaison des Associations d'Etrangers (CLAE) e Association de Soutien aux Travailleurs Immigrés (ASTI). A autora realizou igualmente uma observação participante encarnando a figura de um sem-abrigo português, durante 48 horas, no Luxemburgo. O objetivo desta experiência pioneira consistiu em compreender e analisar a condição de vida destas pessoas e como os outros as (não) veem. Em relação às entrevistas, o contacto com os responsáveis das instituições, permitiu-nos constatar que estas têm um papel crucial no acolhimento dos imigrantes e na concretização dos direitos sociais. Os imigrantes da UE precisam de ter uma declaração de residência que seja válida pelo menos há três meses, e devem permanecer durante 5 anos, consecutivos, sem ser um encargo financeiro para o sistema social luxemburguês, para ter direito à residência permanente. A categoria dos cidadãos sem direitos sociais apenas, durante o inverno, têm acesso a um alojamento de urgência financiado pelo Estado, o que não se verifica durante o resto do ano, onde alguns dos direitos humanos não são assumidos.

**Palavras-chave:** direitos sociais- humanos, políticas, imigrantes e sem-abrigo portugueses, Luxemburgo.

## Abstract

The Portuguese community has existed in Luxembourg for 57 years now and it is the biggest with noticeable effects on the Luxembourgers' daily life. This work main aim is to approach the study of the living conditions of the Portuguese immigrants, particularly the homeless, these past years.

This study has been structured around three main aspects: social rights and public policies addressing immigrant workers from the EU; the work developed by of some organizations with the Portuguese immigrants and homeless and the unstable living and the working conditions of these immigrants. The methodology used consisted in bibliographic and documentary research as well as interviews carried out to professionals of public institutions and organizations that work with immigrants: Amitié Portugal - Luxembourg (APL), The Portuguese Embassy and Consulate, Stemm vun der Strooss (known as Voice of the Street by the Portuguese), Portuguese Community Confederation in Luxembourg (CCPL), Agence Pour de Développement de l'Emploi (ADEM) , The Liaison des Associations d'Etrangers (CLAE) and the Association de Soutien aux Travailleurs Immigres (ASTI). Also, in order to understand and evaluate the living conditions of these immigrants and how they are (not)perceived by others, a non-participant observation was carried out by posing as a Portuguese homeless for 48 hours in Luxembourg. The interviews to people in charge of the organizations enabled to confirm the role of those institutions and organizations as essential by sheltering the immigrants and accomplishing their social rights. The EU immigrants must have a declaration of residence valid for at least three months and must not remain a burden for the Luxembourg social system for five consecutive years, in order to have the right to a permanent residence. This class of citizens deprived from their social rights can only have access to an urgent shelter financed by the state during winter. As for the rest of the year, human rights are not embraced.

**Keywords:** social- human rights, policies, immigrants and homeless Portuguese, Luxembourg.

**Siglas:**

ADEM: Agence pour le développement de l'emploi

APL: Amitié Portugal- Luxembourg

ASTI : Association de soutien aux travailleurs immigrés

CCPL: Confederação da comunidade Portuguesa no Luxemburgo

CEE: Comunidade económica europeia

CEFIS: Centro de estudos e de formação intercultural social

CLAE : Comité de Liaison des associations d'étrangers

EUROSTAT: Gabinete de Estatísticas da União Europeia

IGSS : Inspection générale de la sécurité sociale

LISER: Luxembourg Institute of Socio-Economic Research

OEM: Observatório da Emigração

OGB.L : Confederação

OIM: Organização Internacional para as Migrações

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

STATEC: Institut national de la statistique e des études économiques du Grand-Duché de Luxembourg

UE: União Europeia

## Índice

Introdução .....	8
Capítulo 1: Direitos sociais e políticas públicas no Luxemburgo para trabalhadores imigrantes da UE .....	11
1.1. Questão social, estado e políticas públicas - alguns elementos de fundamentação	13
1.2. Contexto do Estado Social no Luxemburgo .....	15
1.3. A reforma da lei da nacionalidade luxemburguesa.....	18
1.4. A lei de imigração e os direitos sociais dos imigrantes da UE.....	20
Capítulo 2: Instituições públicas e associações que trabalham com os sem-abrigo e os imigrantes Portugueses no Luxemburgo .....	24
2.1. A experiência de uma assistente social que vive a situação de um sem-abrigo durante 48 horas no Luxemburgo .....	26
2.2. O trabalho de instituições e associações com os imigrantes portugueses .....	29
Capítulo 3: A precariedade das condições de vida dos imigrantes portugueses no Luxemburgo .....	31
3.1. As classes trabalhadoras e a escravidão moderna no séc. XXI .....	32
3.2. As condições de vida e de trabalho dos imigrantes desde a crise de 2008 .....	33
3.3. Precariedade no alojamento e as medidas de política pública .....	35
3.4. Os não direitos dos sem-abrigo.....	35
Conclusão: .....	36
Bibliografia.....	39

## Introdução

A dissertação que apresentamos “Direitos Sociais e Políticas Públicas dos imigrantes e sem-abrigo portugueses no Luxemburgo” insere-se no âmbito do curso de mestrado em Serviço Social, no regime especial, da Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.

A escolha do tema advém da autora que exerce a profissão em serviço social na Cruz Vermelha Luxemburguesa, tendo contacto regular com pessoas sem-abrigo e em situação vulnerável, entre estas pessoas encontram-se imigrantes portugueses. Pretende-se com este trabalho aprofundar os conhecimentos que se tem sobre os portugueses e o trabalho desenvolvido por outras instituições e associações implicadas com os imigrantes.

O processo da emigração/imigração na contemporaneidade têm características específicas. A comunidade portuguesa no Luxemburgo, há 57 anos, é a que apresenta, por um lado, o maior contingente de imigrantes (CEFIS, 2015), e por outro lado, com a menor expressão ao nível da intervenção política, cultural e social. As marcas desta comunidade estão presentes no quotidiano dos luxemburgueses. Ouve-se a língua portuguesa e, inclusivamente, os luxemburgueses adoptaram palavras de origem portuguesa. Os cargos ocupados não se verificam só ao nível do comércio, mas também nos serviços públicos onde se encontram profissionais portugueses, já com elevadas qualificações.

O Luxemburgo, oficialmente Grão-Ducado, é um país localizado na Europa Ocidental que confronta com a Alemanha (a leste), a Bélgica (a oeste e a norte) e a França (a Sul), apresenta uma superfície de 2 586 km<sup>2</sup>, estende-se de norte a sul numa distância máxima de 82 km e de este a oeste de 57 km. É uma monarquia constitucional parlamentar e é membro da União Europeia (UE) desde a fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE), datada de 1958. A partir de 1985 integra o espaço de Schengen, portanto, o espaço Europeu sem fronteiras. O Acordo de Schengen deve o seu nome a uma pequena aldeia do Sul do Luxemburgo (Avramopoulos, 2014). Ainda em 1985, Portugal assinou o tratado de adesão à CEE e adere ao espaço Schengen, em 1992.

Segundo o Centro de Estudos e de Formação Intercultural e Social (CEFIS), residem no Luxemburgo 562.958 pessoas, dados de janeiro de 2015. Os residentes estrangeiros constituem 45,9 % do total da população e oriundos de 166 países (CEFIS, 2015). O

contingente de imigrantes portugueses é de 92.063, que corresponde a 16,4 % da população do país, sendo seguidos por franceses, italianos, belgas e alemães.

Veja-se que os primeiros portugueses chegam ao Luxemburgo nos anos 60. Segundo Nogueira A., esta imigração distribui-se pelos três distritos do Grão-Ducado<sup>1</sup>, por doze cantões<sup>2</sup> e 106 câmaras municipais (Nogueira António, 2011). Ainda com base no trabalho de Nogueira, relativamente às características da imigração portuguesa, pode-se afirmar que se trata inicialmente de uma imigração composta meramente por homens, camponeses de regiões do interior de Trás-os-Montes e das Beiras. Verifica-se que após alguns anos, chegaram ao Luxemburgo pessoas oriundas de outras regiões do litoral, como por exemplo, da Figueira da Foz e, mais tarde, surgiu um afluxo massivo de famílias. Com efeito, de 1966 a 1975, imigram mais homens do que mulheres. Factores como a crise OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo, 1973-1974), o fim da Guerra Colonial portuguesa (1975) e a descolonização, desencadearam um aumento significativo da imigração, sendo também significativo o reagrupamento familiar que se dá a partir de 1976, com um saldo superior à imigração masculina (Nogueira António, 2011). Esta imigração continua relevante até aos dias de hoje, quer com a livre circulação de pessoas e imigrantes após a integração de Portugal na CEE, quer com o impacto da crise económica de 2008.

Segundo o relatório Estatístico do Observatório de Emigrações (OEM, Lisboa, 2014, p. 41), “a imigração portuguesa é, atualmente, o maior movimento de entrada no país. Em 2013, as entradas de portugueses representaram cerca de 22 % do total das entradas de imigrantes no Luxemburgo. Curiosamente, “é o nono país do mundo com mais portugueses emigrados” (Idem, pág. 134).

Quaisquer que sejam as origens étnicas dos imigrantes, o facto de existirem categorias como os imigrantes em situação legal e/ou ilegal no país, influencia consideravelmente o processo de integração neste país de acolhimento. Existem barreiras jurídicas e institucionais que estão na base das desigualdades entre os residentes com acesso aos direitos associados à de cidadania e, uma categoria de estrangeiros deixados por conta própria, obrigados a trabalhar à margem da sociedade, numa economia subterrânea (Daly, 1996). Nesta investigação, teve-se em consideração esta categoria de pessoas que vivem à margem da sociedade, em extrema vulnerabilidade, como são os imigrantes sem-abrigo.

---

<sup>1</sup> Luxembourg, Diekirch e Grevenmacher.

<sup>2</sup> Capellen, Esch-sur-Alzette, Luxembourg, Luxembourg-Ville, Luxembourg-Campagne, Mersch, Clervaux, Diekirch, Redange, Vianden, Wiltz, Echternach, Grevenmacher e Remich.



O objectivo geral desta investigação consiste em fazer uma aproximação ao estudo das condições de vida dos imigrantes portugueses, nomeadamente os sem-abrigo no Luxemburgo, nos últimos anos. Para a análise das condições dos imigrantes portugueses em situação de vulnerabilidade no Luxemburgo, a sua trajetória e a contextualização do Estado Luxemburguês recorreu-se a referências bibliográfica, documental e audiovisual.

Procedeu-se também à recolha de informação junto de profissionais de instituições públicas, associações que trabalham com imigrantes e com os serviços do estado português. Para a recolha de informação sobre as ações e intervenções das associações que trabalham com os imigrantes portugueses recorre-se a entrevistas semi-diretiva direcionadas a profissionais das seguintes estruturas: Amitié Portugal – Luxembourg (APL), Embaixada e Consulado Português, Stemm vun der Strooss (denominada Voz da Rua em português), Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo (CCPL), Agence Pour de Développement de l'Emploi (ADEM), Comité de Liaison des Associations d'Etrangers (CLAE) e Association de Soutien aux Travailleurs Immigrés (ASTI). A escolha destas entrevistas baseou-se no interesse destas estruturas nas atividades desempenhadas em prol dos imigrantes portugueses no Luxemburgo.

Pretende-se também fazer uma breve análise no que respeita aos direitos e às políticas de segurança social que o Estado tem para com a imigração proveniente do espaço europeu, nomeadamente onde estão contemplados os portugueses.

A autora realizou também uma observação participante encarnando a figura de um sem-abrigo português durante 48 horas, no Luxemburgo. A função desta experiência era de compreender e analisar a condição de vida destas pessoas e a maneira como eles estão in/excluídos na sociedade.

O presente trabalho foi estruturado em três pontos: os direitos sociais e políticas públicas para trabalhadores imigrantes da UE; o trabalho de algumas associações sediadas no Luxemburgo com os imigrantes e os sem-abrigos portugueses; a precariedade das condições de vida e o trabalho dos imigrantes e dos sem-abrigos portugueses no Luxemburgo.

No primeiro ponto fez-se uma contextualização do Estado Providência no Luxemburgo, abordando as respostas do Estado face à imigração e ao que está contemplado na Constituição Luxemburguesa. Seguidamente, trata-se a reforma da lei sobre a nacionalidade luxemburguesa, que desta adesão, os cidadãos tornam-se de pleno direito no país onde vivem,

eis a integração dos imigrantes no entender de muitos autores. Salienta-se também os direitos sociais e políticas públicas para imigrantes da UE (União Europeia), uma breve abordagem sobre a segurança social no Luxemburgo.

No segundo capítulo, analisaram-se as ações desenvolvidas pelas instituições que trabalham com os imigrantes e com os sem-abrigo portugueses, assim como a experiência de terreno da autora com esta população alvo.

No último capítulo, realizou-se um breve estudo sobre a precariedade das condições de vida, de trabalho e de alojamento dos imigrantes portugueses no Luxemburgo, uma breve análise sobre as classes trabalhadoras e a “escravidão” no século XXI. Igualmente o não direito dos sem-abrigo no Luxemburgo.

## Capítulo 1: Direitos sociais e políticas públicas no Luxemburgo para trabalhadores imigrantes da UE

No início de 1960, o Luxemburgo estava no boom económico do pós-guerra e precisava de mão-de-obra<sup>3</sup>, na sequência da redução da imigração italiana e do facto do país recusar a imigração magrebina. A Europa estava no processo de reconstrução do Pós-Guerra e da construção da Comunidade Económica Europeia. Portugal, neste período, não integrava a CEE, e constituía-se num regime ditatorial. No entanto, como refere Schiltz, começam-se a verificar, na década de 60, escassos registos de imigrantes portugueses no Grão-Ducado e mais tarde, na década de 70, o Luxemburgo recruta portugueses. Schiltz acrescenta que, o Luxemburgo assina o primeiro acordo bilateral com Portugal para o recrutamento oficial de imigrantes mas, paralelamente a este acordo, continua a existir casos de imigração clandestina (Schiltz Aline, 2010). Segundo Albano Cordeiro: “durante os três meses que seguem à assinatura do acordo de mão-de-obra<sup>3</sup>, os portugueses chegam ao Luxemburgo à taxa de um por hora” (tradução da autora. Cordeiro, 2001,p.93). A imigração para um país da CEE evoluiu consideravelmente nas suas causas, sua estrutura étnica e suas consequências para o país de acolhimento. José Correia refere que “les pics d’immigration sont généralement liés à des crises économiques au Portugal: la fin des années quatre-vingts et des années quatre-vingt- dix, en raison de l’entrée du Portugal dans le CEE ” (Correia,2015).

---

<sup>3</sup> O primeiro contrato bilateral entre o Luxemburgo e Portugal foi assinado em 1970, com entrada em vigor em 1972.

O Luxemburgo é um dos países da UE que assinou o tratado de Schengen. Os acordos de Schengen de 1985, entre outros, reforçaram a cooperação entre os Estados membros da UE para definir medidas comuns nas políticas de imigração, como a livre circulação e a intenção de fomentar o progresso económico, a liberdade e uma paz duradoura entre os países desta união e países vizinhos da Europa.

Como sublinha Malmström “a criação da zona Schengen é uma das realizações mais tangível, populares e bem-sucedidas da UE e, se necessário, devemos encontrar meios para proteger e melhorá-la” (tradução pela autora. Malmström, 2011).

Podemos verificar três processos de imigração dos portugueses no Luxemburgo. Inicialmente, muitos portugueses imigravam clandestinamente. Após o acordo bilateral, entre estes dois países, muitas pessoas obtiveram autorização para trabalhar no Luxemburgo, mas alguns indivíduos continuaram a viver nesse pendor clandestino. Só com a livre circulação, em 1986, entre os países que integram a CEE, cessa a imigração clandestina. As pessoas que já tinham uma relação com o país, influenciaram outros para emigrar, pois viviam em condições miseráveis em Portugal. Ou seja, os portugueses abandonam o país por necessidade. Uma das motivações dos imigrantes portugueses era, e continua a ser, a procura e a oferta de trabalho, assim como as melhores condições de vida, como abordaremos no decorrer deste trabalho.

Nos últimos anos, a questão da imigração está fundamentalmente relacionada com o desemprego em Portugal e com a necessidade do Luxemburgo recrutar ainda portugueses. Segundo Tavares, “a decisão de migrar é impulsionada, principalmente, pelo emprego/desemprego” (Tavares, 2012, p.139). Sendo Portugal, um Estado- membro da União Europeia, os portugueses são cidadãos europeus com todos os direitos a este estatuto, com igualdade de tratamento e podem circular e permanecer livremente no território dos Estados membros. Contudo como abordaremos no decorrer deste trabalho, algumas pessoas encontram-se privadas deste direito fundamental, o direito ao trabalho. Por isso, muitos cidadãos procuram trabalho em diferentes países.

A imigração nos anos 60 e 70, como diz Brettell é “emigrar para voltar” (1979, p.20), para o país de proveniência. Muitas pessoas queriam amealhar dinheiro porque o seu destino era voltar para Portugal e hoje nem todos têm essa perspectiva de vida. No séc. XXI, o contexto económico, social e político, seja no Luxemburgo, seja em Portugal, é diferente. Schiltz refere, que os filhos dos migrantes da segunda geração, decidem geralmente viver no país de acolhimento (Schiltz Aline, 2010, p. 313).

Os processos migratórios estiveram associados a diferentes processos económicos e sociais, diferenciados consoante os países mas, o próprio processo de migração é útil e necessário para os países que recrutam essa força de trabalho. Por outro lado, é fundamental as saídas das pessoas dos países provenientes onde não têm quaisquer perspectivas de sucesso para a sua vida. A imigração faz essa convergência, saem os que procuram trabalho e os países recebem-os porque precisam de mão de obra.

Como apresenta Sassen “o país de acolhimento é apresentado como passivo; as causas de imigração parecem fugir ao controlo dos países de acolhimento; as políticas nesta matéria resumem-se em abrir na medida dos possíveis as válvulas da imigração” (tradução da autora, Sassen, 1999, p.151). O início da permanência dos imigrantes, no país de acolhimento, é pautado por condições precárias e o fenómeno de ascensão social conduz à sua assimilação cultural (tradução da autora, Duroselle Jean-Baptiste, 1992). Pode-se considerar as migrações num quadro mais largo, o da repartição de desigualdades de poder, de prestígio e de recursos económicos no sistema mundial.

Segundo o Gabinete de Estatísticas da União Europeia, o Luxemburgo encontra-se com a percentagem mais elevada de cidadãos de outros Estados membros da UE (31%), seguido da Bélgica e da Irlanda (Eurostat, 2001).

### 1.1. Questão social, estado e políticas públicas - alguns elementos de fundamentação

Segundo Iamamoto, a expressão questão social

“diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua génese no carácter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (Iamamoto, 2001, p.10).

José Paulo Netto afirma que não há uma nova “questão social”, já que se mantêm os traços iniciais da “questão social”, cujo fundamento é o trabalho.

“A emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (Netto, 2001, p.48).

As expressões da questão social têm um enfrentamento por parte do Estado e esse Estado decorre de relações entre o capital e o trabalho. As profundas alterações do sistema capitalista intensificam o processo de exploração e a expropriação das classes trabalhadoras, o que altera o papel do Estado na garantia de direitos para a maior parte da população, durante um determinado período.

A Inspection générale de la Sécurité Sociale refere que “chaque pays a instauré l’Etat-providence en suivant un cheminement qui lui est propre et qui influence aujourd’hui encore ses politiques (et sa politique)” (IGSS, 2010, pag.34).

O Estado de providência tutela à negociação coletiva entre o capital e o trabalho (a concertação social) e transforma os recursos financeiros que lhe advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais em "capital social", ou seja, num vasto conjunto de políticas públicas e sociais. As políticas públicas traduzem-se num forte intervencionismo estatal, na produção de bens e serviços que aumentam a médio prazo a produtividade do trabalho e a rentabilidade do capital.

As políticas sociais, como refere Santos B.

“são as políticas públicas que decorrem dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores e dos cidadãos em geral (população ativa efetiva, crianças, jovens, desempregados, idosos, reformados, "domésticas", produtores autónomos). Traduzem-se em despesas, em bens e serviços consumidos pelos cidadãos gratuitamente ou a preços subsidiados: educação, saúde, serviços sociais, habitação, transportes urbanos, atividades culturais, atividades de tempos livres. Algumas das políticas sociais envolvem transferências de pagamentos de vária ordem, financiados por contribuições dos trabalhadores ou por impostos no âmbito da Segurança Social (bolsas de estudo, abono de família, rendimento mínimo garantido, pensões, subsídios por doença e/ou por desemprego). As transferências ocorrem, por via da

solidariedade social institucionalizada pelo Estado, dos mais ricos para os mais pobres, dos empregados para os desempregados, da geração adulta e ativa para as gerações futuras e os reformados, dos saudáveis para os doentes” (Santos B., 2012).

O Estado social assenta, na ideia da compatibilidade entre o desenvolvimento económico e a proteção social, entre acumulação de capital e legitimidade social e política de quem a garante; em suma, entre o capitalismo e a democracia.

A este modelo de Estado e de capitalismo contrapõe-se o modelo alternativo designado por neoliberalismo, que assenta na substituição da primazia do Estado pela do mercado na regulação social.

Os fluxos migratórios não resultam apenas da vontade de indivíduos isolados e atos voluntários, mas estão associados igualmente ao contexto económico e social dos países do próprio destino. Só existe imigração porque há uma dualidade entre a oferta e a procura de trabalho.

## 1.2. Contexto do Estado Social no Luxemburgo

O Luxemburgo tornou-se independente em 1839 passando a dispor de uma Constituição em 1868. Schiltz refere “jusqu’à la proclamation de son indépendance en 1839, le Luxembourg, ou bien le territoire de l’actuel Grand-Duché, a été le sujet de nombreuses disputes entre les diferentes grandes puissances de l’Europe (l’Autriche-Hongrie, la France, les Prusses, les Espagnols)”, (2003, p.10). A Constituição luxemburguesa de 17 de outubro de 1868 está na base da atual Constituição. No séc. XX, a constituição foi sujeita a várias revisões, proclamando os direitos sociais, económicos e políticos, fazendo deste pequeno país um estado democrático, independente e indivisível, uma monarquia constitucional. O Luxemburgo assenta assim, numa democracia parlamentar.

O sistema de proteção social no Luxemburgo está dividido em cinco ramos diferentes. Segundo a Inspection général de la Sécurité Sociale integra “1. assurance maladie-maternité<sup>4</sup> ; 2. assurance contre les accidents du travail et les maladies professionnelles ; 3. assurance vieillesse-invalidité et survie ; 4. prestations familiales et 5. chômage”. (IGSS, 2010, p.28).

---

<sup>4</sup> “le domaine spécial de la dépendance est géré par l’assurance maladie-maternité”, IGSS, 2010, p.28.

Estes diferentes ramos são referidos na lei de 17 dezembro 1925, no código da segurança social. O desenvolvimento da segurança social, no Luxemburgo, fez-se em várias etapas “d’un côté on assiste à un développement par categories socioprofessionnelles, d’un côté à un développement par branches de risques” (IGSS, 2010, p. 37).

É no pós-guerra, em 1951, que a segurança social passa a ser alargada para todos os trabalhadores, independentemente de servirem o sector público ou privado.

Em 2007, existiu uma revisão da Constituição que trouxe novas orientações relativo aos direitos, a saber, o direito à segurança social, à proteção de saúde, o direito ao trabalho, a luta contra a pobreza e a integração social dos cidadãos com deficiência (Constitution, 2016, p.5).

Neste ponto vamos fazer uma breve análise na área da saúde e da educação.

Ao nível da saúde, as contribuições para o seguro de doença e maternidade, para o seguro de dependência e para o seguro de pensão (velhice, invalidez e sobrevivência) são obrigatórias. O montante é calculado como percentagem do seu salário. Metade desta contribuição incumbe à própria pessoa e a outra metade à respectiva entidade patronal. As despesas médicas são parcialmente reembolsadas se, e apenas, estiverem preenchidos determinados requisitos: se o reclamante estiver inscrito no Fundo Nacional de Saúde; se os respectivos estatutos preverem o reembolso e se as despesas estiverem contempladas na listagem que estabelece os serviços médicos reembolsáveis.

O empregador é obrigado por lei a inscrever o trabalhador no Fundo Nacional de Saúde. Os familiares a cargo de um trabalhador inscrito estão automaticamente abrangidos. As pessoas que residem no Luxemburgo e que não podem beneficiar de um seguro de saúde, podem solicitar voluntariamente a sua adesão, enviando o pedido para o Centre Commun de Sécurité Social.

No que respeita à educação, a escolaridade é obrigatória dos 4 aos 16 anos. Beirão refere que “l’apprentissage de la lecture et de l’écriture s’y fait en allemand, qui est aussi la principale langue véhiculaire de l’école primaire” (1999, p.127). Ainda no ensino primário a criança aprende a língua francesa. Prevê-se que a criança quando entra para o ensino primário já domine a língua luxemburguesa mas a língua vigente na escola é o alemão. No fim do ensino primário, é realizada uma repartição de alunos, de acordo com uma avaliação psicopedagógica. Beirão alude que “l’enseignement secondaire comprendre deux branches distinctes:

- l'enseignement secondaire général, le lycée, la filière "noble" qui conduit après sept années au baccalauréat donnant accès à l'université;
- l'enseignement secondaire technique dont la structure est plus complexe parce qu'il regroupe des enseignements très divers" (Beirão, 1999, p. 128).

Metade dos alunos que entram no ensino secundário, geralmente, são luxemburgueses (47,7%), contra apenas 11,4% de origem portuguesa e 33,6% de estudantes de outras nacionalidades. Segundo este estudo « Bildungsbericht 2015 », apenas 11% chegam ao ensino secundário geral, isto é, que a maioria dos portugueses frequentam o ensino secundário técnico. Os resultados deste estudo vêm confirmar que o ambiente socioeconómico tem influência no insucesso escolar. Os jovens imigrantes são normalmente os que têm uma maior taxa de reprovação e mais dificuldades em entrar no ensino secundário geral (Luxemburger Wort, 2016).

Consequências deste processo para os estudantes portugueses, são o ingresso do ensino secundário técnico que se repercute em menores rendimentos no plano profissional. Os que entram no ensino secundário geral têm acesso ao ensino superior e a trabalhos, tendencialmente, mais bem remunerados.

A existência de três línguas oficiais constitui uma dificuldade acrescida para os estudantes estrangeiros, traduzindo-se numa elevada taxa de insucesso escolar.

Um estudo realizado pela Universidade do Luxemburgo, em 2016, revela que os preconceitos dos professores em relação à nacionalidade podem prejudicar os alunos portugueses no Luxemburgo. O estudo apresentou perfis fictícios de alunos luxemburgueses e portugueses a trinta e oito professores do ensino primário no Luxemburgo. Os professores eram convidados a decidir se o aluno devia ingressar no secundário técnico, vocacionado para o ensino profissional, ou no ensino secundário, considerado acesso rápido para a Universidade. Segundo este estudo, no Grão-Ducado, só 11% dos portugueses chegam ao secundário. Este estudo foi tido em conta no anteprojeto de lei que altera o processo de seleção dos alunos para o ensino secundário, aprovado em 25 de Março 2016, em Conselho de Ministros (Luxemburger Wort, 2016).

Segundo a confederação Sindical Independente do Luxemburgo (OGB.L), "sempre que se fala do Grão Ducado do Luxemburgo, a expressão de Estado Social é muitas vezes citada.



Com efeito, a organização social do Luxemburgo conta-se entre as mais ricas e bem organizadas da Europa” (Pasqualoni, 1995, p.12).

O termo de segurança social ou proteção social nomeia a segurança do cidadão face aos perigos sociais como o desemprego, a doença, os acidentes, o envelhecimento, a morte de um parente para uma criança menor, entre outros. O objetivo é assegurar o mínimo de recursos e facilitar o acesso às necessidades básicas (educação, água, alimentação, higiene) a todos os cidadãos.

Uma análise acerca das questões relativas ao direito do trabalho e do alojamento irão ser abordadas no último capítulo deste trabalho.

### 1.3. A reforma da lei da nacionalidade luxemburguesa

Historicamente, a legislação sobre a nacionalidade luxemburguesa foi fundada no início do século XIX, sobre o código de Napoleão então em vigor. Esta lei tem sofrido várias alterações ao longo do tempo.

Existem, atualmente, três formas de obter a nacionalidade: pela origem, pela opção e pelo processo de naturalização.

Denis Scuto sintetiza os momentos chave da evolução da história do direito à nacionalidade (2009, p.96).

O direito à nacionalidade “exprime de façon institutionnelle la prérogative d’inclusion et d’exclusion: il décrit ceux pouvant revendiquer le droit de passeport, et seuls ces derniers bénéficient de l’intégralité de l’appareil de droits et de privilèges que l’Etat acorde à ses citoyens” (Weil P. & Hansen R, 1999; citado por Scuto, 2005, p.40). O direito à nacionalidade continua a ser objeto a vários debates com argumentos de interesses divergentes.

Sarah Vasco retoma o conceito de “nacionalidade” segundo Scuto Denis “comme le lien juridique d’appartenance d’un individu à un Etat” (Vasco, 2013, p. 57). Apresentando quatro critérios para a nacionalidade: o local de nascimento, ligação de afiliado, por casamento e a residência anterior, presente e futura.

De 1803 até 1878, o código civil francês influenciou a legislação luxemburguesa sobre a nacionalidade, introduzindo o direito ao sangue. “La nationalité devient un droit de l’individu transmis par filiation, du père à ses enfants” (Scuto, 2005, p.41). Os que nascem no território luxemburguês, após a maior idade têm o direito a adquirir a nacionalidade.

Em 1878 é introduzido o duplo direito ao solo pela parte do pai. Desde essa data e até 1934, o Luxemburgo teve uma legislação “sur la nationalité basée sur l’ouverture, sur le principe de l’égalité et sur l’importance accordée à la socialisation dans le pays d’accueil” (idem).

De 1934 a 1968, assistiu-se a uma fase de fecho nacional defendendo-se dos vizinhos alemães e tomando sobre a questão da nacionalidade a mesma lógica que estes. A lei de 9 março de 1940, aboliu o duplo direito do solo.

De 1968 até aos dias de hoje, o número de anos a residir no Luxemburgo, como requisito para obter a naturalização, foi sujeita a redução (Scuto, 2005, p.42). Em 1968, o prazo de residência para os estrangeiros era de 15 anos, já em 1975 o prazo de residência para obter a naturalização passou para 10 anos e presentemente são 7 anos.

Em 1986, a lei passou a declarar a igualdade dos pais e mães na transmissão da nacionalidade com efeito retroativo para crianças menores, ou seja, basta um dos pais ser luxemburguês para os filhos obterem também a mesma nacionalidade. Ainda neste ano, estipulou-se a questão da assimilação “la connaissance des langues du pays, et notamment de la langue luxembourgeoise” (Scuto, 2005, p. 43). Segundo o autor, a obtenção de certificados que provem o conhecimento linguístico, é um obstáculo para muitos imigrantes que passam a vida no trabalho e em casa com a família.

Na lei de 24 julho de 2001, o tempo de residência passou a 5 anos, a par da obrigação do conhecimento linguístico em francês, ou alemão, e bases de luxemburguês. Denis Scuto marca uma certa contradição nos debates da legislação, no que diz respeito à naturalização dos estrangeiros, por um lado há uma vontade de facilitar o acesso à nacionalidade, por outro “une majorité de responsables politiques continue de voir dans la législation (...) un moyen pour vérifier s’ils sont déjà suffisamment intégrés” (Scuto, 2005, p.44).

Segundo Sarah Vasco, depois de 1981, face ao aumento significativo de 70% da população estrangeira no país, o governo teve que mudar alguns dispositivos da legislação (2013, p. 59). A lei de 23 de outubro de 2008, que entrou em vigor em janeiro de 2009, permitiu a aquisição da nacionalidade sem renunciar a nacionalidade anterior (princípio da dupla nacionalidade).

Esta lei altera também a duração de residência para sete anos consecutivos, assim como a obrigação de efetuar um exame de conhecimento da língua luxemburguesa e da cultura do país. As pessoas que frequentaram durante sete anos o ensino público ou privado no Luxemburgo, ficam dispensadas da realização deste exame.

A nacionalidade é um direito e uma política (Patrick Weil, 2002, p.10-12). Um direito acordado às pessoas e uma política definida pelos legisladores.

De acordo com o observatório da emigração de Lisboa “ o Luxemburgo é o quarto país do mundo onde os portugueses mais adquirem a nacionalidade do país de destino” (OEM, 2015, p. 218). Nomeadamente com a lei da nacionalidade de 2008, o Luxemburgo aceitou o princípio de dupla nacionalidade. Assim como verificamos no relatório, “ se em 2000, obtiveram a nacionalidade luxemburguesa 159 portugueses, em 2009, o número subiu para 1242, estabilizando na ordem das mil naturalizações por ano entre 2010 e 2013” (OEM, 2014,p.136). Sabe-se ainda que em 2013, os portugueses foram, a seguir aos belgas, a segunda maior população imigrada a obter a nacionalidade luxemburguesa.

O projeto-lei da reforma da nacionalidade apresentado pelo Governo (2015), recentemente aprovado em Conselho de Ministros, “é uma lei generosa, inovadora, corajosa e elaborada também no interesse do Estado luxemburguês”, como refere o deputado português Paulo Pisco (Luxemburger Wort, 2016). O projeto-lei aponta para o direito ao solo, a aquisição da nacionalidade por filhos de imigrantes nascidos no país a partir dos doze anos. No teste linguístico mais flexível, quem não for aprovado na parte oral, pode compensar no teste de compreensão. Uma residência de cinco anos consecutiva é exigida, em vez de sete anos. Esta lei entrou recentemente em vigor a 1 de janeiro de 2017, como havia acrescentado o ministro da justiça, Félix Braz (idem).

Este ministro lança “um apelo às pessoas que reúnem as condições de acesso à nacionalidade, para que dê um passo em frente e adquiram a nacionalidade luxemburguesa” e acrescenta que “as pessoas que vivem no Luxemburgo devem ter uma perspetiva concreta de acesso à cidadania plena” (Luxuriant, n.58, p.68).

#### 1.4. A lei de imigração e os direitos sociais dos imigrantes da UE

Os contextos socioeconómicos e políticos de Portugal e do Luxemburgo mudaram consideravelmente. No início da imigração portuguesa no Luxemburgo, os portugueses

confrontavam-se com a ditadura Salazarista, Marcelista e com a questão das fronteiras. Atualmente, os movimentos migratórios inscrevem-se no contexto de uma Europa unificada.

No contexto Europeu, aberto à livre circulação, nota-se uma Europa ainda com “fronteiras”. Segundo Martins, Tomé e Alves “as regras de imigração na UE resultam de diretivas, o que significa que cada membro deve transpô-las para o seu direito nacional dentro de um prazo determinado” (Martins et al., 2015, p. 103). Assim, cada país, nomeadamente o Luxemburgo, controla autonomamente as questões de imigração, relativamente ao número total de trabalhadores imigrantes, a regularização de registos de residência de longa duração, superior a três meses.

Posteriormente a 2001, o Luxemburgo viveu eventos políticos importantes no domínio da imigração. Diversos instrumentos jurídicos e administrativos foram implantados: a regularização de pessoas ilegais, em 2001, e a reforma da lei sobre a nacionalidade, no mesmo ano.

Após um debate parlamentar sobre os indivíduos ilegais, em 2001, o governo luxemburguês decidiu proceder a uma regularização de certas categorias de estrangeiros que se encontravam em situações de estadia irregular no território.

Charles M. refere esta ação como “one-shot” (medida única), processo este que contou com duas componentes distintas: uma regularização pelo trabalho e uma regularização por razões humanitárias. Duas categorias de pessoas puderam beneficiar desta medida: as pessoas ilegais que residiam de forma contínua, pelo menos desde Julho de 1998, ou então os residentes com trabalho estável, depois de 2000. De 2850 pedidos de regularização foram aprovados 1554, o que quer dizer que ultrapassa ligeiramente os 50% dos pedidos. Este número integra ainda os pedidos de asilo. (Charles M., 2007, p. 206).

Segundo Charles e Scherrer, “a cidadania europeia permite aos cidadãos oriundos de um Estado- membro da União Europeia de beneficiar do direito à livre circulação, com acesso ao trabalho sobre o território de um Estado membro” (2005, p.104).

A lei de 29 de agosto de 2008, sobre a livre circulação de pessoas e imigração refere que “os cidadãos da União munidos do cartão de cidadão ou de um passaporte válido, têm direito de entrar no território do Grão-duque do Luxemburgo e residir por um período até três meses, como ainda o direito de deixar o território para ir para outro estado membro” (artigo 5).

Relativamente a esta mesma lei, nomeadamente:

“o artigo 6 (1) o cidadão da UE tem o direito de estar sobre o território por uma duração superior a 3 meses, se ele satisfaz uma das seguintes condições: 1. Exerça como trabalhador uma atividade salariada ou uma atividade independente; 2. Dispõe para ele e para os membros da sua família, como previsto no artigo 12, recursos suficientes para não ser encargo para o sistema de assistência social e também de saúde.” (tradução pela autora, lei do 29 de agosto de 2008, sobre a livre circulação de pessoas e imigração).

Para obterem os direitos sociais, os imigrantes da UE precisam de ter uma declaração de residência que seja válida pelo menos há três meses. Para receber uma carta de residência permanente é necessário uma residência de cinco anos consecutivos.

No artigo 24 da lei sobre a livre circulação, parágrafo (4) desta mesma lei podemos ver que o encargo para o sistema de proteção social é avaliado, tendo em conta o montante e a duração das prestações sociais não contributivas que foram acordadas, e também a duração da estadia no Luxemburgo.

Existem pessoas a quem lhes foi retirado o direito à declaração (os direitos sociais) pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que tinham o referido documento provisório e que solicitaram, por exemplo, o rendimento social de Inserção antes dos 5 anos, considerado um encargo excessivo para o Estado Luxemburguês.

As condições gerais para o direito ao RMG é referido no Artigo 2 (1) podendo beneficiar das prestações da presente lei, todas as pessoas que confiram as seguintes condições:

- a. Residência no território do Grão-ducado (GD) do Luxemburgo, que estão registados e residem efetivamente;
- b. Idade igual ou superior a 25 anos;
- c. Rendimentos de um montante inferior aos limites previstos no artigo 5 que seja a título individual (1.348,18€), ou em conjunto com as pessoas que fazem parte da comunidade doméstica<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Segundo o Governo (jornal contacto online, 12/11/16), o RMG e RPGH (prestações para pessoas portadoras de deficiência) vão aumentar 1.4% em Janeiro de 2017. De 1.348,18€ passa para 1.367€. Estas prestações beneficiam cerca de 23.500 pessoas no Luxemburgo.

- d. Estar preparado para pedir outras possibilidades não ainda utilizadas na legislação luxemburguesa ou estrangeira para melhorar a sua situação (tradução pela autora, Artigo 2 (1), da lei do RMG).

Os cidadãos da UE e os dos Estados-membros que assinaram o acordo, qualquer que seja a nacionalidade, não têm direito às prestações desta lei durante os três primeiros meses da sua estadia no território luxemburguês.

Muitas dos casos referidos em cima, que perderam os direitos sociais, ao pedirem esta prestação do rendimento mínimo garantido, cabe ao gestor do Fonds National de Solidarité (FNS) avalia o dossiê e aqueles que são suspeitos de encargo do sistema social, sendo o dossiê diretamente enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No decurso da atividade profissional da autora deste trabalho, vários têm sido os imigrantes a referirem que as informações são incompletas nos serviços sociais, abordando a medida do RMG mas sem a articular com a lei da livre circulação de pessoas e imigrantes.

Os beneficiários das prestações sociais têm que mostrar que estão efetivamente à procura de um trabalho, e que se adaptam às exigências do mercado de trabalho, fazendo por exemplo, formações adequadas. Os dispositivos que são aqui inerentes participam a um imaginário coletivo que envia a situação das pessoas excluídas, pobres e desempregados à sua própria responsabilidade (Macquet et Vrancken, 2006, p.93). Responsabilizar os indivíduos para que eles sejam “ativos”, por exemplo, alguém que ande à procure de trabalho não chega, e desenvolver as competências linguísticas exigidas. Se os filhos dos imigrantes portugueses já apresentam as dificuldades analisadas no ponto anterior, quando se diz respeito a imigrantes a situação ainda é mais grave, pois nem sempre têm escolaridade completa obtida em Portugal, não dominam a língua, e têm mil e um processos para sobreviver no Luxemburgo, ou seja, são múltiplas as condições que lhes são exigidas.

Como não há direitos sem políticas, que viabilize uma dignidade neste país, torna-se notório que o discurso dos direitos não resolve a vida dos imigrantes. Existe um discurso em que o Estado responsabiliza os indivíduos para que eles sejam ativos. Mas ativos, o que é que quer dizer? Que procurem emprego, mas depois não encontram trabalho porque não falam as três línguas do país. O acesso aos cursos linguísticos gratuitos é fornecido pelas associações que trabalham com os imigrantes e tem um papel fundamental para possibilitar os direitos dos mesmos.

O que são os direitos sociais? Os direitos estão consagrados na constituição e têm que ter garantias por parte do Estado. Quando não há garantia por parte do Estado, são as associações e os voluntários que intervêm. As pessoas que estão em processo de integração, não possuem um acesso facilitado no que concerne aos seus direitos. Concretamente o direito à saúde para os imigrantes, se não está em regularização, não tem acesso à saúde. Os médicos do mundo intervêm de maneira voluntária para ajudar estas pessoas.

Estas são algumas das contingências a que os imigrantes estão sujeitos. Até ter a nacionalidade luxemburguesa, há um conjunto de áreas em que não é o estado que garante esses direitos. Dentro dos imigrantes, há grupos sociais. Existem situações diferentes entre os imigrantes, uns que têm acesso facilitado ao trabalho e outros em que as oportunidades são limitadas, devido a vários factores, como já foram mencionamos anteriormente.

## Capítulo 2: Instituições públicas e associações que trabalham com os sem-abrigo e os imigrantes portugueses no Luxemburgo

Segundo a estratégia nacional em Portugal para a integração de pessoas sem-abrigo “considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (relatório 2009-2015, p.16).

Para compreender melhor o fenómeno dos sem-abrigo, podemos apresentar uma tipologia que permita elucidar o conceito de “sem-abrigo”: os sem-abrigo crónicos (permanentes), aqueles que beneficiam dos serviços para sem-abrigo e/ou que dormem na rua, depois de vários anos de forma contínua; os sem-abrigo temporários, aqueles que conseguem sair desta situação precária rapidamente; e os sem-abrigo periódicos, aqueles que se encontram episodicamente sem casa.

Frequentemente, os problemas dos sem-abrigo ou de situação de alojamento precário estão relacionados com problemas de ordem económica, de dependência, de saúde mental, de conflitos familiares, entre outros.

Os processos do sem-abrigo são complexos, surgindo frequentemente de uma combinação de factores que conduzem uma pessoa à perda do seu alojamento.

As explicações mais comuns da ausência de casa podem ser divididas em três categorias:

- as questões estruturais: atribuindo as causas da ausência de alojamento, o sistema sócio-político-económico e citando como principais factores: a pobreza, a taxa de desemprego elevada, insuficiência dos serviços sociais, reduções e restrições das prestações sociais e penúria dos alojamentos abordáveis e acessíveis. “Les nouveaux sans-abri étaient les victimes de la fin du plein emploi, de l’usure du filet de sécurité tendu par l’aide sociale et de la mercantilisation et de la résidualisation de l’Etat- providence” (Marsh & Kennett, 1999);
- as questões individuais: identificando as dificuldades pessoais (doença mental, vícios, ruptura sentimental, violência conjugal, morte do cônjuge, desemprego, problemas de dependência, ...);
- questões institucionais: que advêm das dificuldades institucionais, da insuficiente coordenação dos prestadores de serviços sociais, de incoerência da multitude de intervenientes profissionais e na falta de serviços de apoio adequado (por exemplo, na saída de um hospital psiquiátrico ou da prisão, no despejo, entre outros).

Depois de 2001 até aos dias de hoje, o Governo do Grão-Duque do Luxemburgo organiza uma ação sazonal durante o inverno (a partir de dezembro até ao 31 de março). Esta medida é destinada a oferecer um alojamento de urgência às pessoas sem-abrigo e é uma ação humanitária que tem por objetivo de evitar que as pessoas sem-abrigo morram de hipotermia no período de temperaturas muito baixas.

Atualmente, o Ministério da Família, da Integração e da Grande Região que subjaz a esta medida apoia-se em associações como a Inter-actions (na coordenação), a Caritas Accueil et Solidarité (para a gestão do centro de noite), a Croix-Rouge (para a gestão do centro de dia). Durante esta ação de Inverno, os Centro Ulysse e Abrisud que mencionamos a posteriori também têm camas suplementares, em caso de necessidade.

Segundo Jacobs (Ex-Ministra da Família), a criação de um grupo de trabalho, em 2010, permitiu otimizar a medida de rede de todos os atores empenhados nesta ação. O serviço de rua “Streetwork”, serviço convencionado pela cidade do Luxemburgo, acolhe os sem-abrigo e orienta-os para uma estrutura de noite apropriada (relatório da ação de Inverno, 2012).



Segundo o relatório do Governo, sobre a ação de Inverno, no ano 2014/2015, que teve início no primeiro de dezembro de 2014 e durou até 31 de março de 2015, mais de 600 pessoas foram hospedadas na estrutura de urgência de noite (mais de 10.000 dormidas) e 1.174 pessoas acolhidas no centro de dia (idem,2014/2015).

Durante os outros meses do ano, as alternativas para os sem-abrigo, no Luxemburgo, restringem-se em aceder a uma das 125 camas de urgência, financiados pelo Estado e geridas por associações privadas (Caritas accueil et solidarité asbl- Foyer Ulysse e Comité National de defense sociale asbl). Existe igualmente um lar público de urgência de noite “Foyer Abrisud”. Estes situam-se, respectivamente, no Centro e no Sul do Luxemburgo (Luxemburgo- Vila e Esch/Alzette).

Kneip refere “ces lits d’urgence connaissent un succès fou et reçoivent, sur une année, 10 fois plus de personnes qu’elles ne disposent de lits” (René Kneip, 2010).

No entanto as condições de acesso a estas estruturas sociais são limitadas. Em geral, o Centro de Noite não tem direito a acolher pessoas mais de um dia, ou de um fim de semana, se estas não dispuserem de uma carta ou passaporte de nacionalidade Luxemburguesa, de uma carta de residência permanente, de um título de estadia ou de uma atestação de Registo que seja válida, no mínimo há 3 meses.

Existe uma escassez de estruturas especializadas no Luxemburgo e a autora confirma esse facto no terreno. Ausência de estruturas para jovens, para pessoas com problemas psicológicos e que sofrem de doenças crónicas, para famílias, para estrangeiros sem direitos sociais, entre outros. Por este motivo, a ação Inverno que referimos anteriormente, deveria existir durante todo o ano, pois o direito de cada pessoa a um nível de vida condigno está consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984, art.25, n.1) onde se inclui entre outros o direito à habitação.

## 2.1. A experiência de uma assistente social que vive a situação de um sem-abrigo durante 48 horas no Luxemburgo

“Ser sem-abrigo é uma experiência traumática. A perda de casa, de comunidade, de estabilidade, de segurança, amigos e rotinas é uma experiência que está muito para além da

vida quotidiana e é altamente stressante. Dormir na rua, num prédio abandonado, num carro ou num abrigo, provoca um sentimento de vulnerabilidade, de perda de controlo, e perda de esperança” (Volk, Guarino e Konnath, 2007, p.3).

Parte desta investigação desenvolve-se através da observação participante, segundo a pesquisa de cariz etnográfica. Realmente, para compreender as pessoas sem-abrigo é importante experimentar o ofício de um sem-abrigo, como refere Giraud “Il faut expérimenter le quotidien des sans-abri et effectuer la recherche en tant que sans-abri” (Giraud, 2006). Partilhando a mesma opinião de Thelen quando refere « tout en sachant qu’il me serait impossible de ressentir ce que peut éprouver une personne réellement sans toit stable, il me fallait intégrer – de la façon se voulant la plus proche des conditions de vie à la rue – le choc que pouvait représenter le fait de se retrouver sur le trottoir pour le sans-abri „novice” » (2006, p.35). Na sociedade em que vivemos, sair do conforto e deslocar-se para o lado dos oprimidos, permite ter uma percepção diferente da pobreza.

Relata-se a experiência que se vivenciou na qualidade de uma pessoa sem-abrigo. Fez-se passar por um homem chamado Virgílio Peixeiro, de nacionalidade Portuguesa e em situação irregular (sem identificação/ documentos). Escreveu num pedaço de cartão: Eu estou com fome e não tenho abrigo! Ajude-me! (em língua francesa e também em português). Durante esta experiência, registou-se toda a informação obtida e criou-se um diário de campo, a fim de obter toda a informação possível.

Para se transformar num sem-abrigo, a autora pediu assistência a uma maquilhadora profissional. Junto a colegas que trabalham na área social, solicitou um local para se poder transformar numa pessoa sem-abrigo, deixando os seus pertences guardados num café social “Courage”. Durante esta experiência, a autora teve que mendigar para sobreviver. Como refere Declerck, quando se fez passar também por sem-abrigo, em França, “la mendicité constitue, au contraire, un véritable travail dans la mesure où ses bénéficiaires assurent la survie physiologique et psychique du sujet” (Declerck, 2001, p.29). Viveram-se momentos difíceis quando ao se expor aos outros, tendo sido alvo de olhares que transmitem sentimentos vários, como de pena, mas sem fazerem qualquer aproximação, no sentido de se interessarem pela identidade da autora. A única pessoa que lhe perguntou o nome foi um outro sem-abrigo. Há outros que nem sequer lhe prestaram atenção. Era como se estivesse transparente/invisível.

Em nenhum momento, durante essas 48 horas foi intersectada pelas autoridades.

A solidariedade entre os sem-abrigo existe e é uma realidade. Isso é realmente uma grande lição para todos. Observou-se durante esta investigação que as pessoas com menos possibilidades são aquelas que partilham, consideravelmente, os seus pertences. As crianças também são amáveis para os sem-abrigo, a maioria destas crianças confrontados com as pessoas que vivem na rua ou que mendigam, demonstraram-se sem preconceitos.

É importante colocar-se no lugar dos outros, a fim de vivenciar certos sentimentos como: o medo, o risco, a angústia, insegurança, entre outros. Thelen refere “qui ne l’a pas vécu est peu à même de comprendre la dose d’angoisse qu’implique le fait de devoir dormir seul à la merci de tous, transpercé de froid et de fatigue, ou encore de ne se reposer au mieux que trois à quatre heures par nuit et ce, de manière continuelle. Quoi d’étonnant alors à ce que le sans-abri sombre dans l’alcoolisme ? Quelle meilleure stratégie contre la peur, l’angoisse et le froid que de prendre un anxiolytique, aussi de destructeur soit ce dernier par ailleurs ?”(Thelen, 2006).

Dormir na rua é ser-se discriminado continuamente. O acesso às casas de banhos públicas são limitados, estas encerram em determinado período noturno, então a pessoa sem-abrigo tem que encontrar estratégias e ir às casas de banho de estabelecimentos privados, sujeitando-se ao acesso interdito ou então a ser discriminada e perseguida por agentes de segurança.

Na rua, observou-se claramente as desigualdades sociais, diferentes classes sociais, o status das pessoas e diferentes culturas. O contraste das pessoas, aqueles que passeiam, outros que trabalham, outros que comem em restaurantes gastronómicos, outros que tentam sobreviver à vida da rua. Observou-se pessoas desabrigadas que procuravam comida no lixo, outros que pegavam pontas de cigarros, e outras que compartilhavam as bebidas e o pouco que tinham para comer. É de notar, o acesso fácil a estupefacientes. Durante esta investigação, um dealer ofereceu droga à autora deste trabalho de forma gratuita. Os dealers usam as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade para desenvolver a sua atividade ilegal.

Com esta experiência, a autora sentiu o amargo da exclusão social no plano do alojamento. No entanto, os sem-abrigo vivem a exclusão social diariamente e em diversos planos: trabalho, alojamento, saúde, educação, relações sociais e familiares.

“Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover a justiça social, em relação à sociedade em geral e em relação às pessoas com quem trabalham” (Internacional Federation of Social Work, 2004).

Um dos intuitos deste trabalho é de, no futuro, criar uma plataforma com outros parceiros sociais e também com o apoio da população-alvo de modo a refletir sobre os princípios básicos: os direitos humanos, dignidade humana e a justiça social. Consequentemente, pretende-se reforçar a dimensão dos sem-abrigo, denunciando a não efetivação dos direitos humanos e ajudar as pessoas para que sejam elas próprias a reclamarem os seus direitos.

“É participando na discussão crítica e desenvolvendo estratégias de mediação política, institucional e social que pode operar e contribuir para a realização dos direitos humanos e sociais” (Tomé, 1999, p.53).

## 2.2. O trabalho de instituições e associações com os imigrantes portugueses

A constituição luxemburguesa garante o direito associativo, com o respeito das leis que regulamentam o exercício deste direito (revisão de 2 junho 1999, art.26).

Segundo Charles e Scherrer “uma associação é um grupo de pessoas que se unem em vista de um determinado objetivo, não lucrativo” (Charles e Scherrer, 2005, p.77). A lei de 1928, modificada em 1994, rege as associações sem fins lucrativos e a estrutura e o funcionamento destas. Todas as pessoas podem criar uma associação sem fins lucrativos. O registo que passamos a designar com a expressão usada no luxemburgo asbl, permite à associação de beneficiar de uma personalidade jurídica.

Sarah Vasco no seu estudo sobre os “portugueses no Luxemburgo” refere que os movimentos associativos promovem a cultura portuguesa mas também são intermediários importantes, pois é através destas redes que são “institucionalizadas” as práticas culturais e tradicionais de Portugal. Contudo, acrescenta que a falta de conceção no seio das numerosas festas portuguesas, organizadas no Luxemburgo, gera infelizmente uma depreciação que pode aumentar a estigmatização dos migrantes Portugueses (Vasco, 2013, p.233).

Todavia, diferentes associações, como as que foram entrevistadas, têm servido de apoio à integração dos imigrantes portugueses no Grão- Ducado.

No âmbito desta investigação, foram feitas entrevistas aos representantes/ assistentes sociais de sete instituições luxemburguesas e portuguesas no Luxemburgo que trabalham

regularmente com os imigrantes portugueses. A escolha das instituições baseou-se no interesse destas estruturas nas atividades desempenhadas com e em prol dos imigrantes, nomeadamente em atividades de natureza consular (Consulado Português), outras de carácter associativo e cultural (APL, CCPL e CLAE), no domínio de solidariedade (Stemm vun der Strooss) e outras de política de emprego (ADEM e ASTI). Verificamos que estas instituições foram criadas no séc. XIX e séc. XX, na sequência da vinda dos imigrantes já há longa data.

O objetivo destas entrevistas consistiu na recolha de informação e testemunhos profissionais, para as questões da imigração. Baseamo-nos em entrevistas abertas para um estudo qualitativo.

O Consulado e a Embaixada Portuguesa no Luxemburgo têm uma missão diplomática e política, apoiando a comunidade portuguesa a nível administrativo. As associações de carácter associativo, ajudam na interação entre as comunidades portuguesa e luxemburguesa, defendendo sobretudo os interesses da comunidade lusófona. Estas desempenham atividades e serviços como: formações, acompanhamento psicossocial, apoio jurídico, atividades culturais e intergerações. As de carácter solidário disponibilizam serviços sociais gratuitos, como: alimentação, higiene e cuidados médicos. E por último as de políticas de trabalho, apoiam os imigrantes na inserção profissional e nos seus respectivos direitos.

A questão dos imigrantes exigiu do Estado Luxemburguês respostas para as necessidades de alojamento, de acompanhamento, de escolarização e saúde.

No que respeita à qualificação dos imigrantes portugueses, há estudos que referem que “O Luxemburgo é um dos países que apresenta maior mão-de-obra qualificada” (Luxemburger Wort, 2015). Segundo este estudo, que estabelece um posicionamento de 124 países, em função do nível de desenvolvimento de competências, o Luxemburgo posiciona-se na primeira posição, relativamente à proporção de pessoas altamente qualificadas dentro do conjunto da população ativa. Quase 60% de todos os trabalhadores, no Luxemburgo, apresentam competências altamente qualificadas.

Em contrapartida, a entrevistada da ADEM refere que as pessoas que estão inscritas no Centro de Emprego, caracterizam-se por terem poucas qualificações e/ou problemas de saúde.

As problemáticas preponderantes dos imigrantes portugueses que recorrem a estes serviços foram: o pedido de prestações sociais, o desemprego e a violência doméstica (não só de mulheres mas também de homens). Os entrevistados apontaram como maiores obstáculos

para a integração dos portugueses no Luxemburgo, os conhecimentos linguísticos, a adaptação da nova cultura e novas leis. Outra questão é a da habitação que, como refere o entrevistado da ASTI, é um problema de fundo no Luxemburgo para todos os residentes.

Podemos referir que todos os entrevistados se deparam com os mesmos tipos de problemas, falta de financiamento, restrições na contratação de funcionários (recorrendo sobretudo a voluntariado para o bom funcionamento destes serviços) e um evidente desinteresse por parte da população portuguesa em se inserir nos costumes e tradições do país de acolhimento. Exceto o serviço público da ADEM, que não se depara com o problema financeiro, mas sim com a vertente linguística e baixas qualificações profissionais.

As associações realizam várias ações em favor da integração dos imigrantes na sociedade luxemburguesa para a obtenção da integralidade dos direitos de cidadania para todas as pessoas. À semelhança das outras comunidades imigrantes, os portugueses procuram construir redes de contacto informal, que possam dar resposta aos problemas quotidianos e aos desafios. Através das associações, dos clubes, das iniciativas que possam promover, procuram partilhar informação e obter apoios.

Segundo, Nogueira A., “realizam bailes animados por grupos locais, ou vindos de Portugal, concursos de Miss, uma por outra iniciativa para angariação de fundos e donativos, quase sempre na dependência dos subsídios do Estado, mais do que das quotizações dos membros e das receitas de bilheteira, ou dos financiamentos e donativos de empresas privadas” (Nogueira, 2011, p.239).

### Capítulo 3: A precariedade das condições de vida dos imigrantes portugueses no Luxemburgo

Veja-se que em 2015, um estudo realizado pela Statec (Institut national de la statistique e des études économiques du Grand-Duché de Luxembourg) mostra que 15,3% da população estava em situação de risco de pobreza, “c’est-à-dire que ces personnes avaient un niveau de vie mensuel inférieur au seuil de 1763€” (Statec, 2016, p.101). Logo a própria situação de sem-abrigo, é mais grave, não existindo estatísticas reais.

O jornal “Contacto” sobre a “Voz da Rua” (“Stëmm vun der Strooss”, em luxemburguês), refere em 2015, que os portugueses são os que mais recorreram às cantinas sociais no Luxemburgo. Na capital luxemburguesa, quinhentos portugueses frequentaram esta associação durante o ano passado. Nesta cantina social, aberta à hora de almoço, de segunda à sexta-feira, o prato do dia custa cinquenta cêntimos. A sopa e as sandes são servidas gratuitamente para quem não tem possibilidades de pagar a refeição.

Os portugueses no Luxemburgo são conhecidos por imigrantes económicos e passivos “interessados somente por objetivos económicos a curto prazo e não pela política” (tradução realizada pela autora, CEFIS, 2011, p. 29). Nas eleições legislativas de 1999, 11% dos portugueses apresentaram uma taxa de inscrição. Nas eleições seguintes já houve um aumento da participação política por parte dos portugueses, atingindo em 2011 uma taxa de 19%.

A situação da precariedade advém da pobreza. Muitas pessoas não têm trabalho e não têm relações familiares, podendo ficar numa situação de sem-abrigo.

Segundo Matias M. (eurodeputada do Bloco de Esquerda), “fala-se muito da liberdade de circulação, de estabelecimento e de trabalho num Estado Membro, mas reflete-se muito pouco sobre as questões da integração de quem faz uso desses direitos” (sapo.24, 2016).

Destacamos o documentário “Eldorado” que retrata as dificuldades em se ser imigrante no Luxemburgo, onde falam da história de quatro portugueses, realçando os problemas inerentes ao trabalho, às dificuldades no alojamento, na educação, problemas familiares, problemas com a justiça e de inserção social. Este documentário mostra a realidade de muitos imigrantes portugueses (Abreu, comunicação pessoal, setembro, 2016).

### 3.1. As classes trabalhadoras e a escravidão moderna no séc. XXI

O que atrai muitos dos portugueses para trabalhar no Luxemburgo são os salários elevados, sendo o salário social mínimo de 1.922,96 € (Guichet, 2016).

No entanto, no séc. XXI, existem casos de exploração de trabalhadores portugueses no Luxemburgo, nomeadamente no domínio da construção civil. Segundo o sindicato LCGB, são poucos os que apresentam queixa devido ao obstáculo linguístico. Mas os casos que se

conhecem são de portugueses recrutados por empresas de construção, em Portugal, para trabalhar no Luxemburgo que são explorados pelas entidades patronais. Recebem remunerações abaixo do salário mínimo e trabalham aos fins de semana e feriados, a chamada escravatura moderna. Estes imigrantes, que são explorados pedem anonimato por medo de represálias. O secretário sindical Paul de Araújo, do LCGB, durante a conferência de informação para imigrantes recém-chegados, organizada pelo Centro de Apoio Social e Associativo (CASA) alertou: "Há situações catastróficas. As pessoas vêm com contratos negociados em Portugal que não respeitam a legislação luxemburguesa, e quando pedimos informação dizem que descontam o alojamento, o material, tudo". Estas situações violam a diretiva europeia 96/71/CE sobre o destacamento de trabalhadores.

Esta diretiva é direcionada para as empresas que, no âmbito de uma prestação transnacional de serviços, destacam trabalhadores para o território de um Estado-membro da União Europeia (UE), desde que haja uma relação de trabalho entre a empresa recrutadora e o trabalhador. A fim de proteger os direitos sociais destes trabalhadores quando as empresas fazem uso da liberdade de prestação de serviços e para facilitar o exercício dessa liberdade, a Diretiva 96/71/CE contém:

“um núcleo duro de condições de trabalho que devem ser aplicadas aos trabalhadores destacados no país de acolhimento, tais como: períodos máximos de trabalho e períodos mínimos de descanso; duração mínima das férias anuais remuneradas; remunerações salariais mínimas, incluindo as bonificações relativas a horas extraordinárias; segurança, saúde e higiene no trabalho.” (2014)

Os trabalhadores têm direito ao salário mínimo nacional no Luxemburgo, ou mesmo a um salário superior, de acordo com a sua experiência e formação, desde que estejam a trabalhar em território luxemburguês.

### 3.2. As condições de vida e de trabalho dos imigrantes desde a crise de 2008

Segundo o relatório do observatório da Emigração (OEM, 2014, p.35) com a crise financeira que decorreu entre 2008 e 2010 houve um decréscimo da emigração, tendo voltado a crescer a partir de 2011. A precariedade das condições de vida com “a crise económica de 2008



agravou a situação de desemprego que, desde 1970, já agudizava a sua vulgar feição estrutural em todos os cantos onde o modo de produção capitalista se espalhou” (Martins A., et al., 2015, p.98).

Estando Portugal em crise, com medidas de austeridade e uma taxa de desemprego elevada, muitos dos portugueses deixaram o país com destino para o Brasil, Angola ou o Luxemburgo, onde já existe uma grande comunidade portuguesa. A crise económica também teve um impacto importante no Luxemburgo. Como podemos ver na reportagem da RTBF sobre “le Luxembourg, un Eldorado pour les réfugiés de l’Euro portugais”. A reportagem refere que depois de 2008, o Luxemburgo conhece uma nova vaga de imigrantes portugueses, entre 4000 a 5000 portugueses fogem da crise para tentar a sua sorte no Eldorado (RTBF, 2012). Os perfis destas pessoas são diversos. Alguns são jovens recém licenciados que não conseguiram encontrar trabalho em Portugal. Quando chegam procuram trabalho na área da restauração, limpeza ou ainda construção, enquanto pedem o reconhecimento do diploma e aprendem os idiomas do país. Outros são famílias já constituídas com filhos, imigrando todos os elementos do agregado. Ainda nesta reportagem, podemos assistir ao apelo do Ministro de Emprego e da Imigração, Sr. Nicolas Schmit, para que os portugueses não se aventurem para o Luxemburgo sem informações prévias e sem nada concreto, pois a vida no país também poderá apresentar dificuldades, quer a nível profissional, social e educativo.

Segundo a ADEM “le nombre de demandeurs d’emploi résidents disponibles inscrits à l’ADEM s’établit à 16 634 au 31 juillet 2016. Sur un an, cela constitue une baisse de 902 personnes, soit de 5.1%. Le taux de chômage s’établit à 6.4%, c’est-à-dire 0.5 points en-dessous du niveau de juillet 2015.” (Adem, 2016).

Para ter direito ao subsídio de desemprego, os requerentes têm de trabalhar no mínimo durante seis meses no Luxemburgo. Atualmente assiste-se à realidade de certas empresas e agências de trabalhos temporários (ínterim) que contratam portugueses por períodos de trabalho cada vez mais curtos. Portugueses que posteriormente se encontram no Luxemburgo sem perspetivas de trabalho estável e em condições de vida precárias.

### 3.3. Precariedade no alojamento e as medidas de política pública

O preço do alojamento no Luxemburgo é elevado, especialmente na capital e em torno dela. Hoffmann, no seu estudo sobre a política do alojamento no Luxemburgo afirma que “o acesso ao alojamento é cada vez mais difícil para uma grande parte da população” (tradução pela autora, 2012, p.1). Normalmente, os proprietários colocam as habitações disponíveis a arrendar através de agências imobiliárias. Estes pedem 3, 4 ou 5 meses de avanço, sendo um deles para pagar os serviços da agência, existindo ainda senhorios a pedir contratos de trabalho indeterminados para o aluguer dos mesmos.

De acordo com o estudo do Luxembourg Institute of Socio-Economic Research (liser), “entre 2004 e 2013, a renda aumentou 36,5% para as famílias mais carenciadas, ficando-se pelos 30,6% no caso das famílias com mais rendimentos”(LISER, 2015). Nos últimos anos o valor das rendas aumentou mais para as famílias carenciadas, uma subida que os rendimentos não acompanham. Face a este problema de habitação, o Governo Luxemburguês anunciou que vai aumentar substancialmente, nos próximos anos, a construção de alojamentos sociais. Hansen M. refere o aumento de 5% das participações financeiras pagas às autarquias para a construção e compra de habitação social (Luxemburger Wort, 2015).

A oferta de alojamentos é insuficiente, quando comparado com o aumento da população. A pressão dos pedidos de alojamentos é acentuada pelas mudanças nas estruturas socioeconómicas no agregado familiar (aumento da taxa de famílias monoparentais, das pessoas que vivem sozinhas e envelhecimento da população). O desequilíbrio entre a oferta e a procura leva aos valores exorbitantes destes alojamentos.

### 3.4. Os não direitos dos sem-abrigo

O Pacto Internacional sobre os Direitos económicos, sociais e culturais, “obriga todos os estados signatários a adoptarem medidas no sentido da plena realização de todos os direitos, nomeadamente o direito de vida condigno, voltando a ser referida a habitação como um destes

direitos” (1966, artigos 2, 3 e 11). Na prática, muitas pessoas ainda não têm contemplados estes direitos, como é o caso das pessoas que vivem na rua.

Aquilo que é referido na estratégia portuguesa sobre a integração de pessoas sem-abrigo aplica-se para a situação no Luxemburgo e o “conhecimento atualizado” sobre o tema permite, além de respostas adequadas, a tomada de decisões fundamentais para o combate à discriminação e promover a abolição de preconceitos e estereótipos (2015, p.20).

A categoria de pessoas sem direitos sociais são os imigrantes europeus, que não podem ser reconhecidos como refugiados mas sem um direito de residência definitivo não têm direito à ajuda social. Em vários países da Europa, e igualmente no Luxemburgo, estas pessoas não têm direito a aceder às prestações sociais e não podem, regra geral, aceder às estruturas de noite para sem-abrigo. Existe, no entanto, posições contrárias à imigração, veja-se a frase, “les services d’aide aux sans-abri ne doivent pas systématiquement servir à compenser les incoherences des politiques migratoires qui mènent les individus à des situations précaires et au sans-abrisme, tout comme l’accès aux services d’aide sans-abri ne doit pas non plus être instrumentalisé en vue de réguler les flux migratoires” (Conférence européenne, 2010)

Este problema tem vindo a acentuar-se e poderá piorar, consideravelmente, nos próximos anos devido às desigualdades económicas europeias e mundiais.

## Conclusão

Este trabalho centra-se numa investigação sobre os direitos sociais e políticas públicas dos imigrantes e sem-abrigo portugueses no Luxemburgo.

Atualmente, no Luxemburgo existem portugueses que chegaram nos anos 60 e 70, inicialmente eram apenas homens camponeses, quem veio nos anos 80, os que alcançaram um lugar enquanto funcionários da UE, quem nasceu no Luxemburgo e os que chegaram recentemente, aquando da crise e políticas de austeridade, em Portugal. Há uma panóplia de vivências e perfis, não havendo uma comunidade homogénea portuguesa.

Atendendo aos dados apresentados pela adida social da Embaixada Portuguesa, existe atualmente uma média de 127.000 portugueses registados no Consulado. Mas, na base de dados do Centro Estatístico do Luxemburgo (STATEC) este número é subestimado (92.063), pois não contempla os portugueses que adquiriram a dupla nacionalidade. Tendo em conta o

número de portugueses com dupla nacionalidade e aqueles que regressam a Portugal sem que tenham comunicado ao Consulado, verifica-se que os números estatísticos vigentes pouco correspondem à realidade existente.

A preocupação patente nesta investigação foi dar conta da questão dos direitos e das políticas sociais dirigidas a imigrantes, com enfoque nos sem-abrigo, tendo como objetivo geral fazer uma aproximação ao estudo das condições de vida dos imigrantes portugueses e dos sem-abrigo no Luxemburgo.

No que respeita à escola, a exigência de três línguas oficiais (luxemburguês, alemão e francês) que coexistem na comunicação do dia a dia, constitui um factor que dificulta o processo de integração dos imigrantes. A escolaridade é obrigatória a partir dos 4 e até aos 16 anos.

A legislação de enquadramento das pessoas provenientes de países europeus e não-europeus, como seja a lei da nacionalidade, conforme já referido, que explicitamente obriga a que o imigrante, para a obtenção da nacionalidade, tenha que provar o conhecimento suficiente da língua luxemburguesa.

O salário social mínimo (1.922,96€) no Luxemburgo atrai muitos imigrantes portugueses para trabalhar neste país. No entanto, as condições de trabalho, nomeadamente no domínio da construção civil, são precárias, existindo casos de exploração de trabalhadores. Estas pessoas sujeitam-se a estas condições por necessidades extremas, com medo de represálias e vergonha do regresso ao país de origem em condições deploráveis.

Ao nível da saúde, as contribuições para o seguro de doença e maternidade, para o seguro de dependência e para o seguro de pensão são obrigatórias. As despesas médicas são parcialmente reembolsadas se, e apenas, estiverem preenchidos determinados requisitos.

O preço do alojamento no Luxemburgo é elevado e os proprietários colocam as habitações disponíveis a arrendar através de agências imobiliárias, pedindo 3, 4 ou 5 meses de avanço. Existem senhorios que chegam a pedir contratos de trabalho indeterminados para que seja realizado o contrato de aluguer da habitação.

As entrevistas e a recolha de informação junto de profissionais de instituições públicas, permite-nos afirmar que estas associações têm um papel crucial no acolhimento dos imigrantes. Estas associações funcionam quase exclusivamente na base de voluntariado. Com

um empenho de centenas de pessoas, por um lado, a contrastar com os limites financeiros, as suas iniciativas favorecem o processo de integração dos imigrantes portugueses.

Todos os entrevistados afirmaram que um instrumento importante para a integração dos portugueses são as boas práticas, como a aprendizagem de pelo menos uma das línguas oficiais do país, o contacto com outras culturas e o facto de desenvolverem interesse pela política.

Em relação aos sem-abrigo, a autora realizou também uma observação participante encarnando a figura de um sem-abrigo português, durante 48 horas no Luxemburgo. A razão desta experiência era de compreender e analisar a condição de vida destas pessoas e a maneira como eles estão presentes na sociedade. Demos conta que as pessoas que estão na rua, que vivem na rua manifestam coragem. É uma luta pela sobrevivência e nesse sentido ninguém deveria permanecer na rua por mais de 24 horas. Esta experiência veio corroborar naquilo que é num dos eixos da estratégia nacional em Portugal para a integração de pessoas sem-abrigo, “assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas” (relatório, 2009-2015, p. 22). Neste tipo de sociedade, em que se vive e se produz riqueza e pobreza, a concentração da riqueza está em meia dúzia de pessoas no Mundo e, para isso, forjam-se e multiplicam-se os pobres, entre eles os sem-abrigo.

A realização deste trabalho permitiu um conhecimento mais aprofundado das diversas temáticas em torno da problemática dos sem-abrigos e dos imigrantes portugueses, da lei da imigração, dos direitos e políticas sociais. Face à situação dos imigrantes portugueses no Luxemburgo, pelo interesse e experiência profissional da autora, a realidade do sem-abrigo foi-se colocando, merecendo, posteriormente, outros trabalhos com maior profundidade, nomeadamente os riscos que advém de se ser sem-abrigo, ao nível da saúde mental e física, para si próprio e para terceiros. Quanto às medidas políticas e sociais institucionais, estão elas adequadas para esta população? Porque é que a ação (des)humanitária existe durante o inverno e não durante todo o ano? Não estarão estas pessoas vulneráveis a todo o tipo de riscos?

Para obterem os direitos sociais, os imigrantes da UE, precisam de ter uma declaração de residência que seja válida pelo menos há três meses, e para ter direito à residência permanente devem permanecer durante 5 anos consecutivos sem ser um encargo financeiro para o sistema social luxemburguês.

A categoria dos cidadãos sem direitos sociais, que apenas durante o inverno têm direito a um alojamento de urgência, está em processo de integração, não possuindo um acesso facilitado no que concerne a direitos. Existem grupos sociais dentro dos imigrantes, uns em que tem acesso facilitado à integração social, nomeadamente através do trabalho, e outros em que as oportunidades são limitadas devido a fatores socioeconómicos.

### Bibliografia:

#### Livros:

Beirão, D., (1999). *Les Portugais du Luxembourg*. Paris: Éd.L'Harmattan.

Charles M. C. (2007). *Retour de Babel, partir, Itinéraires, mémoires et citoyenneté*. Luxembourg : éditions Retour de Babel asbl.

Charles M. e Scherrer C. (2005). *Bonjour Luxembourg - CLAE*. Luxembourg : Impr. Centrale.

Daly, G. (1996). *Migrants and gatekeepers : the links between immigration and homelessness in Western Europe* (vol.13). Inglaterra : Cities.

Declerck, P. (2010). *Les Naufragés avec les clochards de Paris*. Paris: Terre Humaine Poche.

Duroselle, J. (1992). *L'invasion, les migrations humaines, chance ou fatalité ?* Paris : Chesnais.

IGSS (2010). *Droit de la sécurité sociale Luxembourg*. Luxembourg. Ministère de la Sécurité Sociale.

Macquet, C. e Vrancken D. (2006). *Le travail sur Soi. Vers une psychologisation de la société ?* Paris : Belin. Coll. Perspectives sociologiques.

Nogueira, A. V. (2011). *Os portugueses no Luxemburgo. Contribuição para a história das migrações*. Lisboa: Edição Lisboa.

Sassen (1999). Excerto retirado do livro : *L’immigration et les sans-abri en Europe*”, B. Edgar, J. Doherty, e H. Meert (2004). Grã-Bretonha : Policy Press.

Schiltz, A. (2010). *Luxembourg – Portugal, quarante ans après*. Em *ASTI 30+*. Luxembourg : ASTI.

Tavares, M. A. (2012). *Imigração e Imigrantes em Portugal: o Estado de todos existe para cada um?* Em Varelas, R. (Org.), *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand.

Thelen, L. (2006). *L’exil de soi. Sans-abri d’ici et d’ailleurs*. FU Saint-Louis, col. : Travaux et recherches.

Tome, R. (1999). Em Guadalupe, S. e Branco, A. (Eds), (2013). *Caderno d\_Assistente Social*. Lisboa: APSS

Vasco, S. (2013). *Les Portugais du Luxembourg, questions sur la transmission intergénérationnelle de la langue et de la culture d’origine*. Luxembourg : Fondations Robert Krieps, d’Lëtzebuurger Land.

Weil, P. (2002). *Qu’est-ce qu’un Français? Histoire de la nationalité française depuis la Révolution*. Paris: foliohistoire.

#### Legislação luxemburguesa:

Lei alterada de 29 de Abril de 1999, criação do direito a um *rendimento mínimo garantido*, texto coordenado do 22 Junho 2004.

Lei de 29 de Agosto de 2008, *A livre circulação de pessoas e imigrantes*. Texto coordenado de 25 de Junho de 2013, versão aplicada a partir de 29 junho 2013.

#### Comunicado Pessoal:

Abreu, R. (2016), comunicação pessoal sobre o documentário *Eldorado*. Luxembourg.

Dissertação:

Schiltz, A. (2003). *L'Emigration portugaise au Grand-Duché de Luxembourg*. Dissertação de licenciatura em Ciências geográficas, Université Libre de Bruxelles, Bruxelas.

Artigos de revista:

Braz, F. (2016). Entrevista com o Ministro da Justiça. *Luxuriant*, n.58, entrevista realizada por Sébastien Vécrin.

Brettel, C. (1979). Emigrar para voltar : a Portuguese ideology of return migration. *Papers in Anthropology*.

CEFIS (2011). Les élections communales d'octobre 2011. *RED n°17*. Luxembourg.

CEFIS, (2015), contingente de imigrantes, brochura *Lëtzebuerg 100%*. Quelques donnés pour mieux comprendre notre société”,

Iamamoto, M. V. (2001). A Questão Social no capitalismo. *Temporalis/ABEPSS*. Ano II, n°3 jan./jun..

Kneip, R. (2010), “Forum 300” Dossier, Armut in Luxemburg.

Marsh, A. e Kennett, P. (1999). Exploring the New Terrain. Em P. Kennett an A. Marsh (eds.) *Homelessness: Exploring the New Terrain* (Bristol : Policy Press)

Martins, A. Tomé, R. e Carrara, V. (2015). A emigração dos assistentes sociais portugueses: face do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade: *Serv. Soc.*, São Paulo, n.121, jan./mar.

Netto, J. P. (2001). Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis/ ABEPSS*. Ano II, n°3 – Jan. a Junho.

Pasqualoni, N. (1995). Brochura para imigrantes portugueses. Esch/Alzette: *OGB-L*.

Scuto, D. (2005). Qu'est-ce qu'un Luxembourgeois?. *Forum*, n. 244. Luxembourg.

Volk, K. Guarino, K. e Konnath, K. (2007). Homelessness and Traumatic Stress Training Package. DHHS Publication. Rockville, MD: Center for Mental Health Services, Substance Abuse and Mental Health Services Administration.



Publicações electrónicas:

ADEM (2016). *Taxa de desemprego*. Acedido em 7 de dezembro de 2016, <http://www.adem.public.lu/fr/publications/adem/2016/bulletin-emploi-juil-2016/Communique-de-presse-Bulletin-Juillet-2016.pdf>

Avramapoulos, D. (2014). O acordo de Schengen. Acedido em 15 de abril de 2016. [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/schengen\\_brochure/schengen\\_brochure\\_dr31111\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr31111_pt.pdf).

Conférence européenne, (2010). Consensus sur le sans-abrisme: Résumé des recommandations politiques, Bruxelles. Acedido em 2 de julho de 2016. Em <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=637&langId=fr&eventsId=315&furtherEvents=yes>.

Constitution, (2016). Constituição do Luxemburgo. Acedido em 12 de setembro de 2016, [http://www.legilux.public.lu/leg/textescoordonnes/recueils/Constitution/constitution\\_gdl.pdf](http://www.legilux.public.lu/leg/textescoordonnes/recueils/Constitution/constitution_gdl.pdf).

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984) art.25, n. 1. Acedido em 28 de novembro de 2016, [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)

Diretiva europeia (1996) 71/CE sobre destacamento de trabalhadores. Acedido em 15 de outubro de 2016, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A3196L0071>

Estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo, prevenção, intervenção e acompanhamento, 2009-2015 de Portugal. Acedido em 1 de novembro de 2016, em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015)

Giraud, F. (2006). Lionel Thelen, L'exil de soi. Sans-abri d'ici et d'ailleurs. Lectures (en ligne). Acedido em 11 de novembro de 2016. URL : <http://lectures.revues.org/283>

Guichet, (2016). Salário social mínimo no Luxemburgo. Acedido em 1 de Junho de 2016, em: <http://www.guichet.public.lu/entreprises/fr/ressources-humaines/remuneration/paiement-remunerations/salaire/>.

Hoffmann, M. (2012). Sortir de l'échec. La politique du logement au Luxembourg. Acedido em 5 de outubro de 2016.

<http://www.caritas.lu/content/download/819/4030/version/1/file/Sortir+de+l%C3%A9chec.pdf>.

International Federation of Social Work, (2004). Os assistentes Sociais. Acedido em 1 de junho de 2016, em <http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>

Jacobs, M. (2012) comunicado da ex-ministra da família, “Communiqué de presse – Ministère de la Famille et de l’Intégration » Acedido em 21, novembro, 2016, em : <http://www.mfi.public.lu/actualites/2012/12/WAK2012/index.html?highlight=2012>

Jose, C. (2015). L’histoire de portugais au Luxembourg. Acedido em 11 de dezembro 2016, em <http://www.wort.lu/fr/politique/32e-festival-des-migrations-des-cultures-et-de-la-citoyennete-l-histoire-des-portugais-au-luxembourg-5502f4310c88b46a8ce5556c>

Liser, (2015). Indicateurs des prix proposés à la location au 3ème trimestre 2015. Acedido em 15 de novembro de 2016, em <https://www.liser.lu/?type=module&id=104&tmp=3940>.

Luxemburger Wort (2015). Alojamento no Luxemburgo. Acedido em 10 de dezembro de 2016, em <http://www.wort.lu/pt/luxemburgo/alojamento-governo-luxemburgues-vai-criar-subsidio-de-renda-de-casa-para-as-fam-lias-mais-pobres-5550924e0c88b46a8ce590b9>.

Luxemburger Wort, (2015). “ O Luxembourg é um dos países que apresenta maior mão de obra qualificada”. Acedido em 20 de novembro de 2016: <http://www.wort.lu/pt/economia-estudo-luxemburgo-tem-maior-percentagem-de-trabalhadores-qualificados-do-mundo-5630ce090da165c55dc4c1fc>.

Luxemburger Wort, (2016). Bildungsbericht. Acedido em 1 de dezembro de 2016. <http://www.wort.lu/pt/luxemburgo/estudo-da-universidade-do-luxemburgo-apenas-11-dos-alunos-portugueses-chegam-ao-ensino-cl-ssico-553a598c0c88b46a8ce57fe9>.

Luxemburger Wort, (2016). Projeto – lei da reforma de nacionalidade luxemburguesa. Acedido em 1 de dezembro de 2016, em <http://www.wort.lu/pt/luxemburgo/paulo-pisco-nova-lei-da-nacionalidade-luxemburguesa-e-generosa-e-corajosa-570944ab1bea9dff8fa75de4>.

Malmström, C., (2011). 26ème anniversaire de Schengen: déclaration du Commissaire européen aux Affaires intérieures. Acedido em 10 abril de 2016, em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/11/401>.

Matias, M. (2016 ). Dificuldade de imigrantes portugueses em documentário no parlamento Europeu. Acedido em 10 de novembro de 2016 em [www.24.sapo.pt](http://www.24.sapo.pt).

OEM (2014). Relatório estatístico. Acedido em 25 de agosto de 2016, em [http://www.academia.edu/8085668/Emigração\\_Portuguesa.\\_Relatório\\_Estatístico\\_2014\\_Portuguese\\_Emigration.\\_Statistical\\_Report\\_2014\\_](http://www.academia.edu/8085668/Emigra%C3%A7%C3%A3o_Portuguesa._Relat%C3%B3rio_Estat%C3%ADstico_2014_Portuguese_Emigration._Statistical_Report_2014_)

OEM (2015). Relatório estatístico. Acedido em 25 de agosto de 2016, em [http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm\\_EmigracaoPortuguesa\\_RelatorioEstatist.pdf](http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatist.pdf).

Pacto Internacional (1966). Os Direitos económicos, sociais e culturais. Acedido de 12 de novembro de 2016, em <https://www.oas.org/dil/port/1966> Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.pdf.

RTBF (2012). Reportagem sobre “le Luxembourg, un Eldorado pour les réfugiés de l’Euro portugais”. Acedido em 7 de dezembro de 2016, em [https://www.rtb.be/info/monde/detail\\_le-luxembourg-un-eldorado-pour-les-refugies-de-l-euro-portugais?id=7753685](https://www.rtb.be/info/monde/detail_le-luxembourg-un-eldorado-pour-les-refugies-de-l-euro-portugais?id=7753685).

Santos B. (2012). Estado de providência. Acedido em 20 de agosto de 2016, em <http://www.dn.pt/opinioao/opinioao-dn/convidados/interior/o-estado-social-estado-providencia-e-de-bemestar-2968300.html>.